



## EFEITOS DA TRANSPARÊNCIA FISCAL SOBRE A EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO E CONSUMO DO GOVERNO COM SAÚDE PÚBLICA: UMA ABORDAGEM BIBLIOMÉTRICA

Gabriel Boeira Michelena UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

[gabriel.michelena@hotmail.com](mailto:gabriel.michelena@hotmail.com)

Rodolfo Tomas da Fonseca Nicolay UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

[r-icolay@hotmail.com](mailto:r-icolay@hotmail.com)

Ana Jordania de Oliveira Nicolay UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

[anajordaniaoliveira@gmail.com](mailto:anajordaniaoliveira@gmail.com)

Alberto Eduardo Besser Freitag UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

[alberto.besser@professor.ucam.edu.br](mailto:alberto.besser@professor.ucam.edu.br)

Daiane Rodrigues dos Santos UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

[daianasantoseco@gmail.com](mailto:daianasantoseco@gmail.com)

### Resumo

A transparência fiscal influencia, reconhecidamente, a qualidade da gestão dos recursos públicos, em se tratando de uma alocação mais eficiente e eficaz destes recursos escassos. Tendo em vista a relevância desse assunto, o objetivo deste trabalho foi produzir um estudo bibliométrico, em nível mundial, da literatura associada à influência causada pela transparência fiscal na eficiência e eficácia dos gastos públicos com saúde e também empreender uma breve revisão da literatura abordando os principais conceitos acerca do tema. A análise bibliométrica foi realizada a partir de dados coletados nas bases Scielo, Portal de Periódicos Capes (buscar assunto), Scopus e Web of Science. Avaliou-se publicações dos últimos 20 anos, identificando 131 autores e 52 periódicos científicos. Os resultados evidenciam que os efeitos da transparência fiscal sobre a eficiência e eficácia dos gastos públicos são objeto de estudo científico em várias esferas sociais, como educação, desenvolvimento humano e segurança pública, entre outras, porém, existe espaço para um aprofundamento especificamente no setor da saúde. Por outro lado, o tema saúde é o mais abordado entre autores e periódicos com pelo menos dois artigos publicados.

**Palavras-Chaves:** Public spending; efficiency; health; fiscal transparency; government effectiveness.

## 1. Introdução

A atual crise sanitária que o Brasil e o mundo estão enfrentando – pandemia do COVID 19 – emergiu idéias há muito pesquisadas e discutidas academicamente acerca da importância dos gastos públicos com saúde para um país.

O reconhecimento da contribuição da saúde pública no crescimento econômico brasileiro remonta à Constituição da República Federativa do Brasil (1988), que, a despeito das inúmeras inferências implícitas alusivas à saúde perceptíveis em seu texto, em seu Art. nº 196 traz inscrito explicitamente “saúde é direito de todos e dever do Estado”. E, no mesmo artigo da Carta, afirma que as políticas – “sociais e econômicas” – devem garantir o “acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

A teoria econômica reconheceu o gasto público como o motor do crescimento econômico. Segundo Lucas (1988), o gasto público com educação eleva o nível de capital, que contribui para a economia baseada no conhecimento e, portanto, para o crescimento econômico. Isso é apoiado por Zagler e Dürnecker (2003), que argumentaram que instrumentos de política fiscal, como gastos do governo em educação, infraestrutura pública, pesquisa e desenvolvimento e saúde têm efeitos positivos de longo prazo na economia do país.

Uma vez consciente da relevância da saúde pública para uma nação em se tratando da ótica econômica, é natural que o raciocínio seja conduzido para a seguinte questão: como melhorar as gestões de recursos públicos e, por conseguinte, o sistema de saúde pública de um país?

Intuitivamente, a resposta para essa pergunta poderia ser: deve-se direcionar mais recursos públicos aos gastos com saúde. Nada obstante, faz-se mister considerar na análise o impacto exercido sobre a qualidade da gestão orçamentária e financeira de diversos fatores, tais como: transparência fiscal, uso eficiente dos gastos públicos, eficácia da implementação da política governamental e tamanho do setor público.

O uso eficiente dos gastos públicos pode ser empregado como um parâmetro para avaliar a eficácia da implementação das políticas governamentais sobre administração, educação, saúde, distribuição de renda e estabilidade econômica. A economia preocupa-se, sobretudo, com o uso eficiente dos recursos, visto que estes são escassos. Essa preocupação foi fundamental para o surgimento de avaliações empíricas da eficiência e eficácia das atividades do setor público (AFONSO; SCHUKNECHT; TANZI, 2003; CHAN; KARIM, 2012).

A corrente basilar de pensamento sobre a boa gestão de recursos públicos é baseada no gasto governamental ideal, que teve início quando Barro (1990) apresentou um modelo de política

ótima na área de gasto público. Na sequência, Corsetti e Roubini (1996) contribuíram significativamente propondo a utilização de um modelo de dois setores, investigando o efeito dos gastos do governo sobre a produtividade do setor de bens finais e sobre o setor de capital humano.

De acordo com Silva, Hayashi e Hayashi (2011), a constatação de que a atividade científica é passível de ser revisitada, estudada e aferida com base na revisão de literatura traz sustentação à base teórica para a utilização de métodos que têm como objetivo a construção de indicadores de produção e de desempenho científico. Ainda segundo os autores, através da bibliometria é possível a montagem de indicadores destinados a analisar a produção científica de pesquisadores individuais, de ramos do conhecimento e de nações. Reunidos sob a égide de estudos métricos da informação, tais métricas têm sido amplamente utilizadas na avaliação de pesquisadores bem como de áreas de conhecimento.

Face ao exposto, o objetivo deste trabalho foi produzir um estudo bibliométrico, em nível mundial, da literatura associada à influência causada pela transparência fiscal na eficiência e eficácia dos gastos públicos com saúde e também empreender uma breve revisão da literatura abordando os principais conceitos acerca do tema.

O presente artigo está subdividido em cinco seções. Além desta seção inicial de introdução, na segunda será feita a revisão da literatura abordando os principais assuntos relacionados à pesquisa. Na terceira seção será discutida, através de referenciais teóricos, a metodologia empregada para a realização do estudo, que foi a bibliometria. Na quarta serão apresentados os resultados e discussões, e na quinta seção apresentar-se-á a conclusão da pesquisa, com algumas considerações finais e sugestões para estudos futuros, seguido das referências.

## **2. Revisão da Literatura**

Nesta seção discorrer-se-á sobre a crescente importância que a transparência fiscal tem recebido, e sobre os efeitos que ela exerce nos inúmeros campos econômicos de um país, em seus resultados macrofiscais, como a eficiência e eficácia dos gastos públicos, tamanho do governo, corrupção e a sua percepção por parte da população, política, e sobre a confiança no governo, em resumo, no desenvolvimento econômico.

A literatura sobre transparência fundamenta-se, inicialmente, nas teorias da agência e da legitimidade (PATTEN, 1992; SUCHMAN, 1995).

Desde o século passado, Stiglitz (1999) já afirmava que o acesso à informação é um direito básico dos cidadãos, sendo dever do governo repassar as informações relevantes da gestão, atentando para que os informes sejam de fácil compreensão. A transparência das contas públicas – objeto principal de estudo deste ensaio, mostrou-se uma demanda por parte da sociedade e tem recebido cada vez mais a atenção dos pesquisadores, formuladores de políticas públicas e profissionais de todo o mundo (SUN; ANDREWS, 2019).

Em se tratando de empreender esforços para melhorar a transparência das contas públicas, percebe-se a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000) no Brasil (2000), a qual estabelece, em regime nacional, parâmetros a serem seguidos relativos ao gasto público. Criada como um instrumento de transparência em relação aos gastos públicos, indica os parâmetros para uma administração mais eficiente.

A transparência do setor público resulta da implementação e aplicação de políticas, instituições e práticas que fornecem informações de forma a reduzir a incerteza política ao passo que desenvolve a melhor compreensão das políticas públicas. A transparência no processo orçamentário, conforme Guillamón, Bastida e Benito (2011), é de substancial importância, visto que acaba por regular as atividades financeiras do governo.

Do ponto de vista internacional (Bastida e Benito, 2007), a correlação entre transparência do setor público e melhores resultados econômicos e sociais é algo cada vez mais reconhecido. A transparência está associada a melhores indicadores de desenvolvimento socioeconômico e humano (Bellver e Kaufmann, 2005). Montes, Nicolay e Oliveira (2019) validam esse pensamento ao afirmar que a transparência é importante para o desenvolvimento humano porque aumenta a eficiência na alocação de recursos escassos.

Com relação ao impacto que a transparência fiscal exerce sobre o fluxo de investimentos internacionais, Gelos e Wei (2005) concluem que países mais transparentes tanto recebem mais investimentos internacionais naturalmente, quanto sofrem com menos fugas de capitais em momentos de crise, potencialmente favorecidos pela menor incerteza política e econômica decorrente da transparência das contas públicas.

Arbatli e Escolano (2015) pesquisaram a relação entre a transparência fiscal e as percepções do mercado de risco soberano. Amparados na literatura já produzida (Bernoth e Wolff, 2008), partem do princípio de que a transparência melhora as políticas, os resultados fiscais, proporciona maior responsabilidade fiscal, reduz a incerteza, e garante uma maior credibilidade, e concluem que tanto em economias avançadas quanto em economias em

desenvolvimento, a transparência fiscal está associada a melhores resultados fiscais. Não obstante, nas economias em desenvolvimento, esse resultado venha primordialmente pelo efeito da transparência fiscal sobre a redução da incerteza.

Do ponto de vista do compromisso e da responsabilidade fiscal dos agentes públicos, Benito e Bastida (2009) evidenciam em seu estudo que à medida que o governo torna pública mais informações sobre seu orçamento, isto é, torna-se mais transparente, mais espaço há para a participação política e menos oportunidades existem para que déficits fiscais sejam usados para fins que não do bem comum.

Kolstad e Wiig (2009), por sua vez, identificaram que a transparência influencia a corrupção, contudo, alertam que o grau de influência exercida depende, dentre outras circunstâncias, do nível de educação do eleitorado. Posteriormente, Lindstedt e Laurin (2010) conseguem provar em seu estudo empírico, que a transparência é um mecanismo eficaz para reduzir a corrupção quando associada a níveis mais altos de democracia. Blume e Voigt (2013) reforçam que a transparência orçamentária de um país reduz o seu nível corrupção, além de complementarem concluindo que ela também está correlacionada com uma maior eficácia do governo.

Transparência e prestação de contas são consideradas indispensáveis para o desempenho eficiente da economia de um país e para promover o bem-estar social (NABAMITA, 2016).

### **3. Metodologia**

No que tange a natureza da pesquisa, os critérios de classificação dos tipos de pesquisa variam de autor para autor, obedecendo interesses, objetivos e campos. Ander-Egg (1978) classifica em dois tipos: a pesquisa básica pura (Booth, Colomb e Williams, 2019) ou fundamental, que é aquela que procura o progresso científico e tem por meta o conhecimento pelo conhecimento, caso deste estudo, e a pesquisa aplicada que tem interesses práticos na solução de problemas.

A coleta de dados foi realizada por meio de documentos identificados nas bases Scielo, Portal de Periódicos Capes (buscar assunto), Scopus e Web of Science (WoS), congregando um grande acervo científico de produção nacional e internacional.

A análise dos dados coletados foi por meio de um estudo bibliométrico. Segundo Souza e Ribeiro (2013) a análise bibliométrica é uma das técnicas de pesquisa que tem como foco mensurar, de maneira quantitativa as publicações científicas de determinado tema, avaliando a

quantidade de autores e instituições que abordaram o assunto. Através dos resultados obtidos com a pesquisa bibliométrica é possível realizar avaliações, estimativas e mapeamento do tema desejado. Observa-se diversos trabalhos na literatura, em diferentes áreas, utilizando técnicas bibliométricas, o que evidencia a importância desta metodologia.

Chueke e Amatucci (2015) definem o termo bibliometria como a aplicação de métodos estatísticos e matemáticos na análise de obras literárias. Para Pimenta e Portela (2017), a principal atividade, na qual a bibliometria baseia-se, é a análise de citações, realizadas entre o texto citante e o trecho citado.

O estudo bibliométrico consiste de uma metodologia majoritariamente estatística, cujo objetivo é mensurar e quantificar a produção científica sobre um determinado tema. Esta ferramenta permite a disseminação das informações, tornando-se cada vez mais necessária e eficiente no âmbito da ciência e da tecnologia. Segundo Guedes e Borschiver (2005) este método baseia-se na elaboração e aplicação de três importantes Leis Empíricas, sendo elas: Lei de Produtividade de Autores de Lotka, Lei de Frequência das Palavras de Zipf e a Lei de Dispersão de Periódicos de Bradford.

A bibliometria é uma técnica que pode ser utilizada para analisar publicações em livros, artigos e relatórios. Sendo, portanto, adequada ao objetivo deste trabalho.

#### **4. Análise e Discussão dos Resultados**

Nesta seção será apresentada a análise bibliométrica da pesquisa realizada com as palavras-chave “*public spending*”, “*efficiency*”, “*health*”, “*fiscal transparency*” e “*government effectiveness*”, usadas em diferentes combinações entre si, nas bases de dados Scopus, Portal de Periódicos Capes (buscar assunto), Scielo e Web of Science. Avaliou-se publicações dos últimos 20 anos em periódicos revisados por pares.

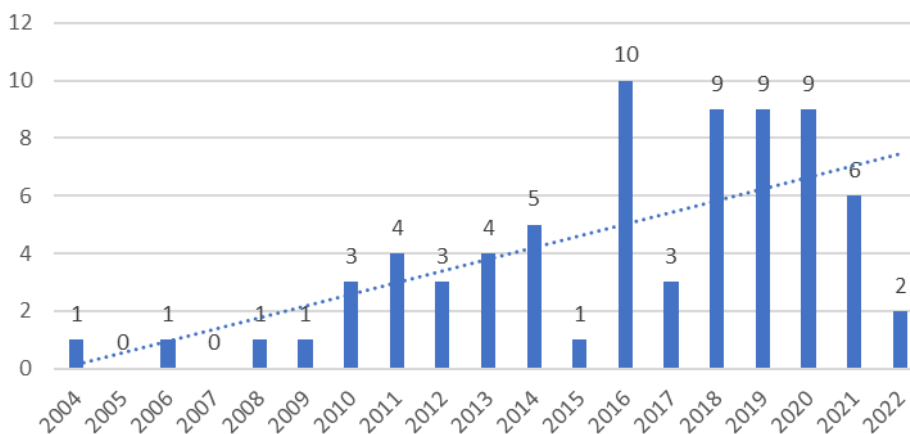
Para a primeira pesquisa realizada utilizou-se o termo de busca (“*public spending*” AND “*fiscal transparency*”) AND (“*efficiency*” OR “*government effectiveness*”). Nota-se que, dessa forma, avalia-se e mensura-se a produção científica acerca dos impactos da transparência fiscal sobre os gastos públicos e sobre a eficácia e eficiência dos gastos públicos, de modo abrangente, sem restringir especificamente aos gastos públicos com saúde.

A pesquisa retornou 72 artigos de periódicos revisados por pares, identificando-se 68 no Portal de Periódicos Capes, 2 no Scopus, 2 no Web of Science e zero no Scielo.

Já para a segunda pesquisa, utilizou-se o termo de busca ((“*public spending*” AND “*fiscal transparency*”) AND (“*efficiency*” OR “*government effectiveness*”) AND (“*health*”). Neste ponto do trabalho o objetivo é mensurar e avaliar a produção científica dos últimos 20 anos acerca dos impactos da transparência fiscal sobre os gastos públicos e sobre a eficácia e eficiência dos gastos públicos com saúde, especificamente - objeto central de pesquisa deste trabalho. A pesquisa retornou 36 artigos revisados por pares, identificando-se 36 no Portal de Periódicos Capes, zero no Scopus, zero no Web of Science e zero no Scielo.

Para fins da análise bibliométrica a seguir, considerar-se-á a pesquisa mais abrangente, isto é, sem a inclusão do termo “*health*” que, contudo, será considerado especificamente na análise de autores e periódicos. Observa-se na Figura 1 que a primeira publicação sobre o tema remonta a 2004, e que a quantidade de publicações apresentou um aumento significativo a partir do ano de 2016. Ao analisar a linha de tendência, percebe-se uma inclinação positiva, o que evidencia uma procura maior sobre o tema. Ainda avaliando a Figura 1, verifica-se que o período do ano 2016 até janeiro de 2022 contempla aproximadamente 67% das publicações, evidenciando uma crescente procura nos últimos anos.

Figura 1 – Publicações por ano

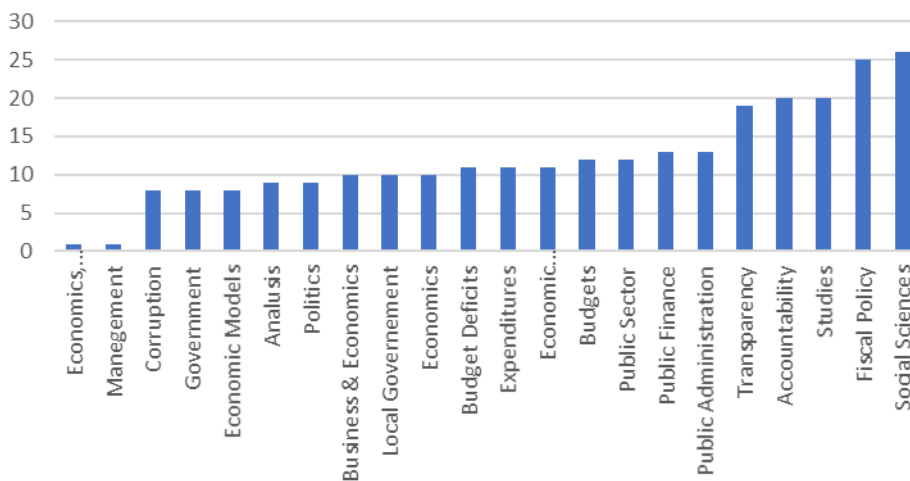


Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados (2022)

Na Figura 2 observa-se a distribuição dos artigos analisados por áreas de pesquisa. Visivelmente as áreas mais encontradas foram: *Social Sciences*, *Fiscal Policy*, *Studies*, *Accountability* e *Transparency*.



Figura 2 – Publicações por área de pesquisa



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados (2022)

Foram identificados 131 autores na busca de escopo mais abrangente, cabendo destaque aos 10 citados na Tabela 1, com pelo menos dois artigos, somando 25 ao todo.

Tabela 1 – Autores com pelo menos dois artigos

Autor	Ano de publicação dos artigos	Palavras chave: “public spending” AND “fiscal transparency” AND (“efficiency” OR “government effectiveness”)		
		Artigos sem “health”	Artigos com “health”	Total
Allen, R.	2016, 2018	0	2	2
Bastida, F.	2017, 2019	2	0	2
Benito, B.	2017, 2019	2	0	2
Guillamón, M.-D.	2013, 2017, 2019	2	1	3
Kuncoro, H.	2014, 2016, 2021	1	2	3
Onofrei, M.	2020 (2x), 2021	1	2	3
Oprea, F.	2020, 2021	0	2	2
Vatamanu, A.-F.	2017, 2020 (2x), 2021	1	3	4
Wildowicz-Gieguel, A.	2018, 2019	1	1	2
Yamamura, E.	2012, 2013	1	1	2
<b>Total</b>		<b>11</b>	<b>14</b>	<b>25</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados (2022)



O autor com mais publicações é Vatamanu com quatro, seguido de Guillamón, Kuncoro e Onofrei com três cada e o restante dos autores com duas.

No que tange os periódicos onde os autores publicaram seus artigos, foram identificados 52 na busca de escopo mais abrangente, cabendo destaque aos 8 citados na Tabela 2, com pelo menos dois artigos, somando 25 ao todo.

Tabela 2 – Periódicos com pelo menos dois artigos

Periódicos	Palavras chave: “ <i>public spending</i> ” AND “ <i>fiscal transparency</i> ” AND (“ <i>efficiency</i> ” OR “ <i>government effectiveness</i> ”)		
	Periódicos sem “ <i>health</i> ”	Periódicos com “ <i>health</i> ”	Total
Equilibrium	3	1	4
Financial accountability & management	1	2	3
International Review of Administrative Sciences	3	0	3
Journal of public economic theory	2	0	2
Public administration and development	0	2	2
Public budgeting & finance	0	5	5
Public sector economics	1	2	3
Sustainability	0	3	3
	<b>10</b>	<b>15</b>	<b>25</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados (2022)

O periódico com mais artigos publicados é o “Public budgeting & finance” com cinco, seguido de “Equilibrium” com quatro, “Financial accountability & management”, “International Review of Administrative Sciences”, “Public sector economics” e “Sustainability” com três cada e o restante dos periódicos com dois.

Cabe ressaltar que, apesar da busca mais abrangente sem a palavra “*health*” retornar um número maior de artigos e de periódicos, os autores (Tabela 1) e periódicos (Tabela 2) com maior número de publicações, totalizam mais artigos contendo a palavra “*health*”, reforçando a importância das pesquisas associadas à influência causada pela transparência fiscal na eficiência e eficácia dos gastos públicos com saúde.

## 5. Conclusões e Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi produzir um estudo bibliométrico, em nível mundial, da literatura associada à influência causada pela transparência fiscal na eficiência e eficácia dos gastos públicos com saúde e também empreender uma breve revisão da literatura abordando os principais conceitos acerca do tema. Para isso, utilizou-se as técnicas de análise bibliométrica através das palavras-chave “*public spending*”, “*efficiency*”, “*health*”, “*fiscal transparency*” e “*government effectiveness*”, usadas em diferentes combinações entre si, nas bases de dados Scielo, Portal de Periódicos Capes (buscar assunto), Scopus e Web of Science.

O método bibliométrico tem sido uma prática constante nas pesquisas científicas, pois sendo uma técnica quantitativa e estatística, é capaz de medir índices de produção e prática científica, sendo possível analisar de forma temporal, indicando e identificando tendências nos periódicos inseridos nas bases de dados.

Foram encontrados 72 artigos revisados por pares nos últimos 20 anos quando a pesquisa não inclui o termo saúde, do inglês “*health*”. Quando se restringe a pesquisa com a utilização do termo “*health*”, observa-se uma queda de 50% no número de artigos encontrados, retornando 36 artigos revisados por pares nos últimos 20 anos.

Analisando a pesquisa mais abrangente, isto é – sem a utilização do termo “*health*” como filtro, percebe-se que houve um aumento do volume de publicações a partir do ano 2016 e se manteve em estabilidade com uma média de aproximadamente oito publicações por ano.

Cabe ressaltar que, apesar da busca mais abrangente sem a palavra “*health*” retornar um número maior de artigos, os 10 autores e 8 periódicos com pelo menos dois artigos publicados apresentaram mais artigos contendo a palavra “*health*”.

Os resultados evidenciam que os efeitos da transparência fiscal sobre a eficiência e eficácia dos gastos públicos são objeto de estudo científico em várias esferas sociais, como educação, desenvolvimento humano, segurança pública e outras, porém, existe espaço para um aprofundamento especificamente no setor da saúde. Por outro lado, o tema saúde é o mais abordado entre os autores e periódicos com pelo menos dois artigos publicados.

Uma limitação deste trabalho é a identificação de tendências e caminhos de pesquisa sobre a influência causada pela transparência fiscal na eficiência e eficácia dos gastos públicos com saúde, sugerindo-se para trabalhos futuros uma revisão sistemática da literatura, em complemento aos resultados deste artigo.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, A.; SCHUKNECHT, L.; TANZI, V. Public sector efficiency: an international comparison. **Eur Cent Bank Work Pap Ser**, n. 242, 2003. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/152676>. Acesso em: 27 out. 2021.
- ANDER-EGG, E. **Introducción a las técnicas de investigación social: para trabajadores sociales**. 7. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.
- ARBATLI E.; ESCOLANO, J. Fiscal Transparency, Fiscal Performance and Credit Ratings. **Fiscal Studies**, n. 36, v. 2, p. 237-270, 2015.
- BARRO, R. Government spending in a simple model of endogenous growth. **Journal of Political Economy**, v. 98, p. 103-125, 1990.
- BASTIDA, F.; BENITO, B. Central Government Budget Practices and Transparency: an International Comparison. **Public Administration**, v. 85, n. 3, p. 667-716, 2007.
- BELLVER, A.; KAUFMANN, D. Transparenting transparency: initial empirics and policy applications. **World Bank Policy Research Working Paper**, 1-72, 2005. Disponível em: <https://gsdrc.org/document-library/transparenting-transparency-initial-empirics-and-policy-applications/>. Acesso em: 29 out. 2021.
- BENITO, B.; BASTIDA, F. Budget Transparency, Fiscal Performance, and Political Turnout: an International Approach. **Public Administration Review**, v. 69, n. 3, p. 403-417, 2009.
- BERNORTH, K.; WOLFF, G. B. Fool The Markets? Creative Accounting, Fiscal Transparency and Sovereign Risk Premia. **Scottish Journal of Political Economy**, v. 55, n. 4, p. 465-487, 2008.
- BLUME, L.; VOIGT, S. The Economic Effects of Constitutional Budget Institutions. **European Journal of Political Economy**, v. 29, p. 236-251, 2013.
- BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. **A arte da pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 25 out. 2021.
- BRASIL. **Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em: 26 out. 2021.
- CHAN, S-G; KARIM, MZA. Public spending efficiency and political and economic factors: evidence from selected EAST Asian countries. **Econ Ann**, v. 57, n. 193, 2012.
- CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. **InternexT - Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM**, v. 10, n. 2, p. 1-5, 2015.



CORSETTI, G.; ROUBINI, N. Optimal government spending and taxation in endogenous growth models. **NBER Work Pap 5851**, 1996. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/nbr/nberwo/5851.html>. Acesso em: 25 out. 2021.

GELOS, R. G.; WEI, S. J. Transparency And International Portfolio Holdings. **Journal Of Finance**, v. 60, n. 6, p. 2987-3020, 2005.

GUEDES, V. L. S.; BORSCHIVER, S. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. **Encontro Nacional de Ciência da Informação**, v. 6, n. 1, p. 18, 2005. Disponível em: [http://www.cinform-antiores.ufba.br/vi\\_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf](http://www.cinform-antiores.ufba.br/vi_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf). Acesso em: 26 out. 2021.

GUILLAMÓN, M. D.; BASTIDA, F.; BENITO, B. The Determinants Of Local Government's Financial Transparency. **Local Government Studies**, v. 37, p. 391-406, 2011.

KOLSTAD, I.; WIIG, A. Is Transparency The Key To Reducing Corruption In ResourceRich Countries? **World Development**, v. 37, n. 3, p. 521-532, 2009.

LINDSTEDT, C.; LAURIN, D. Transparency Is Not Enough: Making Transparency Effective In Reducing Corruption. **International Political Science Review**, v. 31, n. 3, p. 301-322, 2010.

LUCAS, R. E. On the mechanics of economic development. **J Monet Econ**, v. 22, p. 3-42, 1988.

MONTES, G. C.; NICOLAY, R.; OLIVEIRA, A. J. Fiscal credibility and central bank credibility: how do we build them? Empirical evidence from Brazil. **Estud. Econ.**, v.49 n.1, p.105-129, jan-mar. 2019.

NABAMITA, D. S. R. State Fragility And Transparency. **International Journal Of Development Issues**, v.15, 2016.

PATTEN, D. M. Intra-Industry Environmental Disclosures In Response To The Alaskan Oil Spill: A Note On Legitimacy Theory. **Accounting, Organizations And Society**, v. 17, n. 5, p. 471-475, 1992.

PIMENTA, A.; PORTELA, A. A bibliometria nas pesquisas acadêmicas. **Revista de Ensino e Pesquisa de Extensão – SCIENTIA**, v. 4, n. 7, 2017.

SILVA, M. R. DA; HAYASHI, C. R. M.; HAYASHI, M. C. P. I. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 2, n. 1, p. 110-129, 2011.

SOUZA, M. T. S.; RIBEIRO, H. C. M. Sustentabilidade ambiental: uma meta-análise da produção brasileira em periódicos de administração. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 3, p. 368-396, 2013.



STIGLITZ, J. E. **On liberty, the right to know and public disclosure**: the role of transparency in public life. Oxford: Oxford Amnesty Lecture, 1999.

SUCHMAN, M. C. Managing Legitimacy: Strategic And Institutional Approaches. **Academy Of Management Review**, v. 20, p. 571-610, 1995.

SUN, S.; ANDREWS, R. The determinants of fiscal transparency in Chinese city-level governments. **Local Government Studies**, p. 44-67, 2019.

ZAGLER, M.; DÜRNECKER, G. Fiscal policy and economic growth. **J Econ Surv.**, v. 17, 2003.